

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA

DESCRIÇÃO DA TECNOLOGIA

DESCRIÇÃO TÉCNICA

São Tomé e Príncipe devido a sua pequena dimensão possui um relevo forte e faz com que as cheias são violentas e de curta duração. A consequente pressão que esta associada a apropriação da zona costeira, no desenvolvimento de actividades portuárias, industriais, pesqueiras, extrativas, imobiliárias e de exploração turística implica o desenvolvimento de um conjunto de acções visando a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, reduzindo assim a exposição a vulnerabilidade do país.

Neste contexto, constitui uma prioridade a protecção das zonas costeiras com o auxílio da utilização da tecnologia de adaptação o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com o objectivo de ser um instrumento estratégico de natureza regulamentar de ordenamento do território e surge como um instrumento enquadrador para a melhoria, valorização e gestão dos recursos existentes e que enquadram o ordenamento e gestão dos recursos presentes no litoral, tendo como preocupação a protecção e integridade biofísica do espaço, a conservação dos valores ambientais e paisagísticos, a protecção de bens infraestruturais e de vidas humanas e o desenvolvimento equilibrado e compatível com os valores naturais, sociais, culturais e económicos.

Por outro lado, visa também encontrar uma gestão integrada e transversal da zona costeira, para que as entidades competentes, as instituições e partes interessadas no planeamento, na gestão e conservação das zonas costeiras possam coordenar para desenvolver um conjunto de estratégias e políticas que vão de encontro as inúmeras actividades a serem programadas para o local.

RELEVÂNCIA DA TECNOLOGIA PARA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

São Tomé e Príncipe pela sua origem, as condições geomorfológicas de relevo muito acentuado e reduzida plataforma territorial e climáticas (chuvas e secas frequentes), conjugado com uma pressão antrópica conferem, ao sistema ambiental um grau de fragilidade elevado, tornando-o vulnerável face à ocorrência de certos fenómenos naturais extremos, tanto de ordem geofísica como climática.

Segundo as projecções de variação da linha da costa para 2050, as moradias até 30 m da linha da costa serão atingidas. Nas projecções no cenário RCP4.5 indicam aumento da precipitação em ambas as ilhas, principalmente no sudoeste da Ilha de São Tomé. Nesse cenário, apesar do aumento da precipitação anual, as projecções indicam que as áreas de maior susceptibilidade a derrocamentos situam-se em áreas de altitudes elevadas (acima de 900 m), onde há moradias mais dispersas no território e no cenário RCP8.5 haverá uma redução da precipitação.

Há relatos de fenómeno de ventos fortes que muitas vezes provocam ondas gigantes, causando danos a muitos pescadores que perdem as suas embarcações nos ancoradouros e muitas famílias de pescadores perdem as suas habitações localizadas a beira mar.

Se as tendências atuais continuarem, as projecções indicam que o aumento dos eventos extremos que atingem zona costeira, por exemplo, tempestades, ressacas do mar, apresentam riscos severos de inundação e erosão no mar para as zonas de baixa altitude, ou seja, os efeitos que podem levar à redução do território e causar prejuízo para as actividades costeiras que são essenciais para a população de São Tomé e Príncipe. Por vezes esses eventos proporcionam perdas de materiais e equipamentos de pesca durante a faina pelos pescadores artesanais; perda de vidas humanas por desaparecimento no mar; de casas onde vivem as famílias dos pescadores como resultado do avanço das águas do mar. Também provoca aumento do grau da pobreza das mulheres, pelo fato de os maridos perderem os materiais de pesca, equipamentos ou a própria vida no mar, assumindo elas a gestão do lar com escassos recursos.

De igual forma verifica-se o aumento da erosão costeira, perda de habitats com destruição de cerca de 40% a 50% dos corais marinhos da zona da Lagoa Azul e perda das espécies endémicas que vivem nos mangues, dos mangues e a migração de parte de tartarugas marinhas.

Esses problemas de vulnerabilidade que as zonas costeiras de São Tomé e Príncipe apresentam podem ser adaptadas com a implementação da tecnologia POOC. A orla costeira nacional precisa de planeamento que priorize investimentos e medidas de adaptação, com foco na redução de riscos e minimização dos impactos ocasionados pelos eventos extremos, incluindo o desenvolvimento sustentável em cenários de alterações climáticas.

Neste contexto, O POOC ajudará que o país prepare a orla costeira para as alterações climáticas, reduzir a vulnerabilidade do país aos riscos ligados aos fenómenos extremos das mudanças climáticas, ou seja, a proteção da linha costeira contra a erosão e a proteção da zona costeira contra a inundação.   estratégia de gestão de toda a zona costeira nacional, tornando possível a cria o de zona de urbaniza o estável e resiliente aos fatores das mudanças climáticas. Possibilita de igual forma a cria o de um quadro para desenvolvimento ambiental planeado que resulte em benefícios econ micos e sociais para a comunidade costeira, preservando ao mesmo tempo os recursos costeiros, melhorar as condi o de vida das popula o, reforçar as infra-estruturas e equipamentos, promover uma oferta turística de qualidade, e valorizar o atual tipo de povoamento (nucleado) em equilíbrio com as dinâmicas costeiras.

O POOC está alinhado as políticas nacionais de desenvolvimento bem como as Contribui o Nacionalmente Determinadas de São Tomé e Príncipe para a implementa o do acordo de Paris (NDC,2021).

AMBI O DA TECNOLOGIA

ESCALA DE IMPLEMENTA O E LINHA TEMPORAL

A implementa o do POOC será a escala nacional, deverá ser abrangente e com uma visão estratégica até 2031 de modo a assegurar o desenvolvimento das atividades socioecon micas, bem como promover a melhor gestão deste sector.

No horizonte de 10 anos (2022-2031) estão previstas no TAP a realiza o de a o que visam, nomeadamente: identificar e buscar fontes alternativas de financiamento (parceiros públicos, privados e coopera o internacionais, desenvolver atividades alternativas geradoras de rendimento, desenvolver atividades de IEC adaptadas   realidade local, proporcionar forma o e especializa o na área das zonas costeiras, criar quadro de concerta o intersectorial e criar políticas unificadas de desenvolvimento. Estas a o serão implementadas sob a coordena o do Ministério tutelar das Infraestruturas e do Ambiente.

IMPACTOS ESPERADOS DA TECNOLOGIA

- Conserva o e preserva o da Orla Costeira.
- Desenvolvimento das atividades turísticas.
- Melhorias do rendimento e as condi o de vida da popula o.
- Redu o da vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas.
- Promover a sustentabilidade ambiental.
- Criar infra-estruturas estáveis e resilientes aos fatores das mudanças climáticas, nomeadamente: estrutura viária, Rede de abastecimento de  gua, Rede de saneamento de águas residuais, saneamento de águas pluviais, Rede baixa tensão, ilumina o e telecomunica o, bem como um sistema de aviso prévio as inunda o

- associado, fortalecerá o país na gestão integrada de toda a zona costeira em prol de um desenvolvimento sustentável.
- Integração e valorização do património natural e paisagístico.
 - Aumento da capacidade de adaptação das comunidades costeiras vulneráveis aos efeitos adversos da variabilidade e das mudanças climáticas em STP.

AÇÕES POLÍTICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA

POLÍTICAS EXISTENTES RELACIONADA A TECNOLOGIA

A difusão e transferência da tecnologia POOC está alinhada com os objetivos e a visão dos diferentes documentos de políticas e estratégicas sobre a Gestão costeira em São Tomé e Príncipe, nomeadamente:

- Plano de Ação Nacional para às Mudanças Climáticas (NAPA, 2006).
- Contribuições Nacionalmente Determinadas de São Tomé e Príncipe (NDC, 2021).
- Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 2017-2021).
- Lei n.º 10/1999, Lei Bases do Ambiente.
- Lei n.º 9/2020 de 22 de setembro, do Regime Jurídico de Exploração e Extração de Inertes.
- Plano Multissetorial de Investimentos para Integrar a Resiliência às Alterações Climáticas e o Risco de Desastres na Gestão da Zona Costeira de São Tomé e Príncipe (PMSI, 2017).
- Plano Estratégico e de Marketing de Turismo de São Tomé e Príncipe (2018-2023).
- Plano Nacional de Ordenamento de Território (PNOT, 2018).

Todos estes documentos são instrumentos importantíssimos que promovem a orientação e implementação de estratégias mais eficientes de desenvolvimento visando a integração da problemática ambiental no processo de planeamento e na promoção de um desenvolvimento sustentável.

POLÍTICAS PROPOSTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA

Apesar dos diferentes esforços realizado pelo país nos últimos anos com a elaboração de diferentes documentos de políticas e estratégias que criam ambiente propícios para desenvolver a tecnologia, pela alta dependência externa financeira do país, ainda persistem barreiras significativas para o desenvolvimento da tecnologia.

Desta forma, para dotar o país de um instrumento eficiente de gestão da Orla Costeira, foram propostos no TAP ações concretas no sentido de criar políticas unificadas de desenvolvimentos através da criação de legislações específicas para Zonas Costeiras, de planos de atividade para desenvolvimento da orla costeira; divulgação ou disseminação das políticas criadas ao nível nacional. Também são propostas a mecanismos para busca de fontes alternativas de financiamento através de parceiros públicos, privados e cooperação internacionais, sendo um dos maiores desafios; desenvolver atividades alternativas geradoras de rendimento; desenvolver atividades de IEC adaptadas à realidade local; proporcionar formações e especializações na área das zonas costeiras e criar quadro de concertação intersectorial através da criação de legislação específica para as zonas costeiras.

CUSTOS RELACIONADOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA

Um dos grandes desafios na elaboração e implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) é dispor de recursos financeiros suficientes pelo facto de que contempla diversas ações que acarretará custos consideravelmente elevados.

Para a implementação das ações previstas no TAP para esta tecnologia, até 2030, serão necessários 70.900.000 Euros, ou seja, identificar e buscar fontes alternativas de financiamento de parceiros públicos, privados e cooperação internacionais (100.000€), Desenvolver atividades alternativas geradoras de rendimento (50.050.000€), desenvolver atividades de IEC adequadas à realidade local (20.100.000€), proporcionar formações e especializações na área das zonas costeiras (420.000€), criar quadro de concertação intersectorial (20.000€), criar políticas unificadas de desenvolvimento (210.000€).

INFORMAÇÃO ÚTIL

DETALHES DE CONTACTO

Nome	Função	Contacto
José Luiz Onofre	Ponto Focal Nacional da UNFCCC	limaonofre@gmail.com
Máurean Salli Tavares Barroso	Coordenadora Nacional TNA	maureanbarroso@gmail.com
Sulisa Signo Bom Jesus Quaresma	Consultora Nacional para adaptação as mudanças climáticas no sector de Zonas Costeiras	suligno@gmail.com

LINKS RELATÓRIOS TNA

Relatórios preparados no âmbito do Projecto TNA:

- Avaliação das Necessidades Tecnológicas: <https://tech-action.unepdtu.org/wp-content/uploads/sites/2/2021/11/tna-report-adaptation-stp-final-web.pdf>
- Análise de Barreiras e Estruturas de Habilitação : <https://tech-action.unepdtu.org/wp-content/uploads/sites/2/2020/12/baef-adaptacao-stp.pdf>
- Plano de Acção Tecnológico do Sector Zonas Costeiras: <https://tech-action.unepdtu.org/wp-content/uploads/sites/2/2021/11/adaptation-report-tap-stp-2021-zcosteiras.pdf>